

**Representações da Idade Média no Livro Didático**

Nilton Mullet Pereira<sup>1</sup>

**Resumo**

O ensino de Idade Média na escola ainda está demasiado impregnado do olhar que renascentistas e iluministas lançaram sobre o medievo. Le Goff argumenta que desde o século XIX, apesar de uma relativa reabilitação – como fonte de inspiração ou como fonte de estudo científico -, a Idade Média se converteu em uma espécie de folclore: época de caos e trevas, na qual ainda não se haviam formado nações e os homens europeus ainda viviam num estado de sono profundo, desde a decadência do Império Romano e a derrocada do mundo clássico. Esse modo de olhar para a Idade Média inicia a ser construído no Renascimento, época na qual, supunham os pensadores novecentistas, teria ocorrido o início do amadurecimento das nações. O objetivo deste artigo é discutir como essa concepção tem sido reproduzida através das publicações didáticas de história, apesar de todo o avanço dos estudos medievais, nos últimos tempos, no Brasil.

**Résumé**

L'enseignement du Moyen Age dans l'école est encore trop imprégné du regard que les renaissantistes et les illuministes ont lancé sur le médiéval. Le Goff argumente que depuis le XIXème siècle, malgré une réhabilitation relative – comme source d'inspiration ou comme source d'étude scientifique -, le Moyen Age s'est converti dans un genre de folklore : époque de chaos et de ténèbres, dans laquelle les nations ne s'étaient pas encore formées et les hommes européens vivaient encore dans un état de sommeil profond, depuis la décadence de l'Empire Romain et la défaite du monde classique. Cette façon de regarder le Moyen Age commence à être construite dans la Renaissance, époque dans laquelle, les penseurs noucentistes supposaient, qu'il aurait eu lieu le début du mûrissement des nations. L'objectif de cet article c'est de discuter la forme dont cette conception est en train d'être reproduite à travers des publications didactiques de l'histoire, malgré tout le progrès des études médiévales, ces derniers temps, au Brésil.

**Introdução**

O texto exerce um papel de significativa importância no ensino de história, tanto na escola, quanto na academia. Estamos bastante familiarizados com um ensino de história que põe o texto escrito no centro das estratégias de ensino utilizadas pelos professores, particularmente na sala de aula da escola básica. Assim, não parece difícil concluir que o livro didático se reveste de um caráter quase indispensável no ensino fundamental e médio. Programas governamentais, notadamente o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>2</sup>, são elaborados para diversas áreas do conhecimento, reconhecendo o papel da cultura letrada

---

<sup>1</sup> Professor Doutorado de Prática de Ensino em História da UFRGS.

<sup>2</sup> Segundo a Secretaria de Educação Básica, do MEC, O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) “tem por objetivo oferecer a alunos e professores de escolas públicas do ensino fundamental, de forma universal e gratuita, livros didáticos e dicionários de Língua Portuguesa de qualidade para apoio ao processo ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula”. <http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avaliv.shtm>, pesquisado em 14 de setembro de 2006.

no processo de escolarização no Brasil. Particularmente, no que se refere ao ensino de história, tais programas se constituem, às vezes, em tábuas de salvação de inúmeros professores, na medida em que estes vêm na publicação didática o único modo através do qual é possível apreender e guardar a informação e o conhecimento histórico.

O papel que o livro didático assume na escola básica, sobretudo nas aulas de história, justifica a importância das análises realizadas acerca do livro didático no Brasil e em outros países. Tais análises abordam o papel desse instrumento na vida cotidiana da escola, o seu caráter ideológico, as implicações teóricas e metodológicas relacionadas à produção e à seleção de determinadas publicações por parte dos professores e as tendências epistemológicas e teóricas, implícitas ou explícitas em cada publicação.

Assim, me ponho a discutir a seguir, em primeiro, o papel do texto didático<sup>3</sup> no ensino de história; em segundo, problematizo e historicizo o discurso que tem sido construído sobre Idade Média desde o Renascimento e, ao mesmo tempo, pretendo abordar, ao menos inicialmente, as representações que as publicações didáticas veiculam sobre a Idade Média.

### **O texto didático**

Certamente, poucos duvidam que o livro didático é uma ferramenta indispensável ao ensino de história na escola básica. Acreditar nisso significa reconhecer o seguinte: o texto é elemento essencial do ensino de história, pois ele é o veículo que, numa sociedade como a nossa, o conhecimento se socializa e se torna acessível aos mais diversos grupos sociais. O texto didático, particularmente, muitas vezes, é o único elo de ligação que boa parte da sociedade tem entre a sua realidade e sua memória e as descobertas da pesquisa histórica. Dar uma importância crucial para o texto não significa suspender outras formas de apreensão do conhecimento na escola, mas é simplesmente reconhecer o papel da cultura letrada numa sociedade na qual as interações sociais exigem uma leitura do mundo que é também uma leitura do texto. Seffner argumenta que o nosso desejo de formar um aluno capaz de realizar uma leitura refinada do mundo, no sentido de compreender as determinações sociais que condicionam os eventos e as transformações, percebendo a realidade como um processo que é obra da participação de todas, conscientemente ou não, “não pode prescindir da leitura da palavra, tarefa fundamental da escola”(SEFFNER, 1998: 105-118). Não quer dizer que a leitura se resume ao livro didático, mas que, muitas vezes, é ele o material mais próximo e acessível aos estudantes e, inclusive, aos professores.

---

<sup>3</sup> Quando utilizo a expressão texto didático não estou tratando apenas do livro didático, mas também dos textos produzidos pelo professor ou textos de outros autores que sejam utilizados na sala de aula.

Além do mais, a realidade escolar e a realidade dos profissionais do ensino, em boa parte das vezes, exige uma carga horária de trabalho bastante elevada, o que, via de regra, impossibilita a escritura de uma gama muito significativa de textos, isso justifica a necessidade da existência de um livro-texto que possa dar suporte ao ensino. A existência do livro-texto implica escolha consciente dos professores, deve ser precedida de um longo debate e de um exame criterioso da obra escolhida. O livro didático, muitas vezes, é rico em imagens e mapas, que são ferramentas pedagógicas indispensáveis ao ensino de história. Desse modo, ele facilita o acesso dos estudantes às obras de arte, aos documentos históricos e aos mapas.

Ora, os argumentos que expus acima querem afirmar a importância do texto didático na sala de aula, mas não legitimar sua falta de qualidade, por isso a necessidade de investir pesado na crítica a esse instrumento e no incentivo a que os professores, já no seu período de estágio, produzam textos didáticos para a sala de aula. Nesse sentido, é relevante discutir critérios gerais de escolha de uma publicação didática e, também, colocar em questão as representações da história que essas publicações têm produzido. Colocar em questão as representações que o livro produz não quer dizer discutir a sua qualidade, trata-se de lançar o debate sobre que visão de mundo o texto e seus acessórios estão transmitindo às novas gerações, e isso não significa determinar que o livro é bom ou que é ruim.

Como já afirmei anteriormente o livro<sup>4</sup> é uma realidade inegável nas escolas brasileiras, na medida em que é, sem dúvida, o instrumento pedagógico mais importante utilizado pelos professores. O estudo desse instrumento é, por si só, muitíssimo relevante. Mas, não somente pelo seu aspecto negativo, ou seja, a acomodação que gera, o empobrecimento dos argumentos criados no âmbito da pesquisa, e sua quase exclusividade, em muitas salas de aula, sendo o único recurso didático disponível e em uso pelos professores. É porque ele recria o argumento da pesquisa que levou o investigador a chegar em determinadas conclusões. A preocupação do ensino de história é levar os estudantes a compreenderem como se constrói conhecimento nessa área, a trabalhar com as fontes e a problematizá-las; o texto didático, ferramenta indispensável na sala de aula, deve tornar a investigação pública e acessível às novas gerações.

Então, o texto didático pode se tornar um importante instrumento para diminuir a distância entre a pesquisa histórica e o conhecimento escolar, os quais funcionam, ainda nos dias de hoje, como linguagens quase opostas. Pesquisa e ensino se encontram em poucos

---

<sup>4</sup> Baldissera realiza excelente trabalho de análise dos livros didáticos de História considerando categorias de análise como o desenvolvimento de conceitos, respeito pelo nível de desenvolvimento cognitivo dos estudantes, entre outras. Ver BALDISERA, José Alberto. *O livro didático de História: Uma visão crítica*. Porto Alegre: Evangraf, 1994.

momentos, senão em parcos instantes de fuga que certos professores realizam em relação aos currículos. É um descompasso o que há entre a investigação e o ensino de história. Parece ser a gramática da pesquisa estranha à gramática do ensino escolar. Incomensuráveis, estão traçadas duas formas distintas de tratar o conhecimento: uma que se vale do desejo, da vontade, da apetência; outra que se pauta pela inapetência, pela estabilidade, pela adequação didática. Esse descaminho traçado entre a pesquisa e o ensino produz efeitos desastrosos tanto para a academia quanto para a escola. A universidade deixa de cumprir funções fundamentais como tornar público o conhecimento e, sobretudo, criar mecanismos para que os produtos da investigação acadêmica se tornem objetos do ensino escolar. A escola, ao confinar-se no espaço bastante restrito do didatismo, sucumbe à política do mais fácil, na medida em que estranha toda a forma de enfrentamento com o conteúdo novo, com a abordagem nova, com o inusitado e perigoso das conclusões dos trabalhos acadêmicos que, via de regra, suspendem a veracidade de muito do que ainda se ensina nas escolas. O texto didático é, enfim, um dos recursos indispensáveis na realização dos *links* necessários entre as práticas escolares e a pesquisa histórica.

É nesse contexto que insiro o debate sobre o discurso que o texto didático em geral e o livro didático, em particular, tem produzido e reproduzido sobre a Idade Média, na tentativa de discutir menos a qualidade do material didático e mais as representações que ele põe em circulação na sociedade, sobre o passado medieval, contribuindo, sobremaneira, para tornar senso comum uma certa idéia de Idade Média.

### **Representações da Idade Média**

Nos dias de hoje parece haver duas Idades Médias que transitam no imaginário da nossa sociedade: uma delas é veiculada através das escolas e, obviamente, das publicações didáticas utilizadas para o ensino de história. Trata-se do que eu chamo de *a Idade Média da cultura escolar*. Ou seja, um conjunto limitado de representações que formam um discurso coerente e acessível às novas gerações, sob o estatuto e a legitimação da ciência histórica, pois o que está escrito nos textos e dito pelo professor é considerado, evidentemente, com tendo estatuto de verdade objetiva. Tudo estaria no seu lugar – afinal de contas a escola possui o *status* de ser a instituição que transmite os conteúdos da pesquisa científica – se as representações que a escola continua a divulgar sobre a Idade Média não estivessem em desacordo com a atualidade da pesquisa sobre a civilização medieval. Então, esta *Idade Média da cultura escolar* forma um conjunto de noções cristalizadas sobre o medievo, que se

prolongam desde muito tempo e que faz parte de uma visão que renascentistas e iluministas construíram sobre a civilização medieval. Na Idade Média da cultura escolar pouco se fala do fantástico, do fabuloso, da magia e da fantasia – como veremos na outra Idade Média –, o que observamos é uma leitura recheada de generalizações e de preconceitos construídos a partir do olhar contemporâneo sobre o medievo. E isso tem, pelo menos, dois efeitos.

O primeiro deles é que esse conjunto de generalizações e preconceitos, de maneira mais geral, leva o aluno a construir uma visão da história como evolução e linearidade, percebendo o relato histórico como uma espécie de julgamento, que se dá conforme os conceitos válidos no presente. Logo, o presente passa a ser o critério de julgamento do passado, e se constitui como o ápice do desenvolvimento, a culminância de um processo evolutivo que vê o passado como a “origem embrionária”, o “germe a partir do qual tudo evolui”(RAGO, 2002, p. 263) e, portanto, ainda em estado pouco desenvolvido: numa palavra, a origem é, ao mesmo tempo, o lugar onde tudo começou e o estado selvagem comum a qualquer estado original. O presente aparece ao jovem estudante como melhor do que o passado, daí a necessidade de sempre ver a novidade como melhor e, principalmente, olhar para a realidade como uma sucessão de superações de um passado atrasado na direção de um futuro livre de contradições.

O segundo efeito é fazer persistir a velha e ultrapassada idéia de que a Idade Média foi uma época de trevas, na qual a produção cultural fora pouco importante e sem significado para a formação do Ocidente. Essa noção de Idade Média não é obra das publicações didáticas, senão que parte de um olhar que começa a se constituir ainda no Renascimento, no século XVI. Conforme Sergi a Idade Média é uma convenção cronológica que é construída a partir das “reflexões de los humanistas de los siglos XV y XVI, animados por la esperanza de una nueva era de renacimiento cultural y de recuperación general” (SERGI, 2001, p. 19)<sup>5</sup>. Esses humanistas olhavam para o período final da Idade Média, época da crise do século XIV e construíam uma visão negativa de toda a Idade Média, pois “la tendencia de aquellos intelectuales a dar una imagen `oscura’ de toda la Edad Media (de la caída del Império romano hasta al menos el siglo XIV) es comprensible recordando precisamente la dureza de los años de los que acabaran de salir”(SERGI, 2001, p. 19)<sup>6</sup>. Nesse sentido, começa a se construir uma idéia de que a Renascença seria um período no qual o Ocidente passava por

---

<sup>5</sup> “Reflexões dos humanistas dos séculos XV e XVI, animados pela esperança de uma nova era de renascimento cultural e de recuperação geral”. Tradução minha.

<sup>6</sup> “A tendência daqueles intelectuais em dar uma imagem obscura a toda a Idade Média (da queda do Império Romano até, pelo menos, o século XIV) é compreensível, considerando precisamente a dureza dos anos que acabavam de sair”. Tradução minha.

uma significativa recuperação, na direção de um presente e de um futuro melhores. Precisamente, o modelo construído pelos humanistas modernos acerca da última Idade Média é projetado para todo o período medieval.

De certo modo, ainda hoje, o olhar que transita no senso comum e, infelizmente, também na cultura escolar, aqui alimentado pelas publicações didáticas, é aquele que considera o período a partir de conceitos generalizantes que foram construídos conforme a experiência vivida pelos humanistas renascentistas e pelos homens da época da Revolução Francesa. O conceito de feudalismo, por exemplo, é central. Nos livros didáticos ele define a Idade Média, ele é o começo e o fim, de modo que o estudo da Idade Média, via de regra, resume-se ao aparecimento e à decadência do feudalismo.

O feudalismo ainda é visto hoje da mesma maneira que os ilustrados da revolução o viam, como um “resíduo medieval”, um resquício negativo que impedia o desenvolvimento e o nascimento da sociedade burguesa e liberal. Os iluministas projetavam para a Idade Média a crítica que faziam ao Clero Católico e a nobreza francesa do século XVIII, os quais eram exemplos de resíduos medievais. Assim, pouco importava a especificidade do feudalismo em diferentes lugares da Europa Ocidental e também pouco importava se o Clero e a Nobreza francesa do século XVIII fossem bem diferentes e tivessem papéis diversos daqueles da Idade Média. Os iluministas julgavam o passado a partir da sua perspectiva e, desse modo, realizavam a crítica ao feudalismo observando a versão por eles vivida, assim “proyectaban hacia atrás el punto de llegada de un proceso, suponiéndolo idêntico al punto de salida” (SERGI, 2001, p. 21)<sup>7</sup>.

O que importava, então, era que essa sociedade do século XVIII mantinha os resquícios do feudalismo e isso a desqualificava. Desse modo, o discurso iluminista, por razões específicas, reitera a visão negativa que os humanistas modernos lançaram sobre o medieval e a Revolução passou a se constituir num divisor de águas entre o “resíduo” do feudalismo e a moderna sociedade burguesa, qualitativamente melhor do que todo o passado medieval.

A outra Idade Média que transita no imaginário da nossa sociedade é aquela veiculada, sobretudo pelo cinema e pela literatura. Essa Idade Média é, como diz Rivair (2005), fantasiada. Ela alimenta a noção de um medieval povoado pela magia, pela fábula e pelas gloriosas aventuras dos cavaleiros. Nesta sociedade consumista, a civilização medieval tem funcionado “como um repositório de temas míticos, românticos, bélicos e propriamente

---

<sup>7</sup> “Projetavam para trás o ponto de chegada de um processo, supondo-o como o ponto de saída”. Tradução minha.

<sup>8</sup>. Então, esta outra Idade Média é mitificada e é divulgada por uma massiva produção literária e cinematográfica que não possui outra vinculação senão com a arte. De qualquer modo, esta Idade Média mitificada da mídia, ensina. Assim, a mídia, ao mesmo tempo, divulga a Idade Média, criando um interesse cada vez maior das pessoas pelo período, e reproduz o discurso fantasioso sobre o mundo medieval. Esse discurso é, do mesmo modo como o dos humanistas modernos e dos iluministas, negativo, na medida em que estabelece uma dicotomia entre a razão séria da civilização contemporânea e um repertório diverso de temas que transitam pelo campo da desrazão, na época medieval.

Assim é criada e recriada a expressão, tão comum na nossa sociedade, “isso é medieval”. Essa expressão é válida tanto para marcar fenômenos que, do ponto de vista do presente, são considerados atrasados, quanto para nomear eventos do campo da magia, da fabulação, da fantasia.

De uma só vez, a mídia e a escola têm veiculado representações sobre a Idade Média que remontam e reproduzem a desconfiança dos iluministas em relação ao período histórico que os precederam, ao qual eles fazem referência para negar, do mesmo modo que afirmam os valores positivos da Revolução.

### **A Idade Média no livro didático**

Desde os anos 80, os estudos sobre Idade Média vêm se intensificando no Brasil, dando lugar a uma significativa produção e, inclusive, a pesquisas com as fontes primárias do período medieval. O resultado disso foi a ampliação do conhecimento acadêmico sobre a Idade Média. Entretanto, as publicações didáticas e, ao mesmo tempo, a sala de aula de história, parecem pouco dispostos a incorporar os avanços dos estudos medievais. Parece ser da natureza do livro didático e do didatismo que se instala no interior da escola, uma certa desconfiança em relação aos avanços da pesquisa histórica, quem sabe porque isso implica desmontar generalizações que têm sustentado, desde muito, o ensino de história nas escolas.

Uma dessas generalizações é o conceito de feudalismo. Tal como os ilustrados, a escola faz coincidir feudalismo e Idade Média, e reduz o sistema feudal a uma relação entre senhores feudais e servos. As diferenças entre as formações sociais do que hoje conhecemos como Inglaterra e do que hoje é a França, não são consideradas pela maioria das publicações; menos ainda a especificidade do feudalismo do sul da França, a região do *Languedoc*, é

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida a *IHU On-Line* em 29 de agosto de 2005, pelos professores José Rivair de Macedo e José Alberto Baldissera.

conhecida pelos bancos escolares. Enfim, nas publicações didáticas o feudalismo não tem especificidade espaço-temporal.

A pesquisa traz problemas permanentes para a sala de aula. Ela torna a sala de aula muito mais complexa, obriga os professores e os autores de livros didáticos a se deterem em um estudo muito mais aprofundado sobre os conteúdos do ensino.

Mais do que novos objetos de ensino, complexificando o papel dos professores e a escritura dos livros didáticos, os estudos medievais exigem de professores e autores uma mudança de olhar para a história e, particularmente, para a Idade Média. Ao invés de continuar a olhar para o medievo tendo como referência os conceitos do presente, exige-se que a leitura do passado medieval aconteça a partir do modo como os medievais olhavam para si próprios.

Ainda hoje, entretanto, os livros didáticos constroem uma representação negativa da Idade Média, ao reduzirem a vida medieval ao clericalismo. Os livros reproduzem o anticlericalismo da Revolução e do Iluminismo e levam os estudantes a olhar para a Idade Média, através de uma contundente crítica à Igreja Católica, considerada a senhora soberana da cultura medieval. A Igreja se constitui como sinal de obscurantismo em oposição ao antropocentrismo e à razão moderna; nada mais “medieval” do que o império da Igreja, domínio que, por obra da Revolução, os homens contemporâneos livraram as novas gerações. Assim, a ênfase na perversidade da Igreja Católica, na violência, nas guerras, funciona como uma oposição necessária, como uma representação da negatividade, para afirmar a racionalidade e a humanidade do homem moderno.

### **Conclusão**

Somos “*anões nos ombros de gigantes*” disse Bernard de Chartres, mostrando como aquela atualidade do século XII não podia ir adiante e superar a história anterior, sem nela se sustentar. Sem desconsiderar a experiência daqueles que lhes antecederam, os homens medievais, se sustentavam na tradição para pensar o presente. Quem sabe os medievais já, no momento da Revolução do século XII, estivessem constituindo, mesmo que timidamente, uma imagem de si mesmos, uma autoconsciência, construída num contraste com a tradição e com referência a ela. Mas, certamente, se tratava de uma leitura do mundo que não dispensava o passado como sustentáculo para produzir novidades no presente.

É preciso aprender com a experiência alheia; é necessário aprender com a experiência medieval. Ensinamos história para as novas gerações com o objetivo de que elas constituam sua própria identidade em contraste com outras culturas e outras civilizações, mas isso



implica aprender com o Outro, considerar o modo como os Outros elaboraram soluções para os problemas do seu tempo. O exemplo da interpretação da frase de Bernard de Chartes é apenas uma das inúmeras possibilidades de aprendermos com a civilização medieval. E, sobretudo, ensinarmos às novas gerações que o olhar para o passado não precisa ser julgador, portanto, não precisa ser fundado numa noção de que o presente é melhor que o passado.

Então, abordar o discurso que, no interior das publicações didáticas, foram e são criados acerca da civilização medieval, consiste mesmo em propor uma inversão no modo como se constrói leituras sobre o passado na escola. Significa romper com aquela noção da história “trifásica”, em que entre o passado da Antiguidade Clássica, que representa o florescimento da civilização e o Renascimento como a volta aos antigos em busca do “passado exemplar”, está disposta a Idade Média, época na qual o clericalismo, as guerras e as pestes teriam dizimado as bases da civilização clássica e estabelecido uma época de decadência.

### Referencias Bibliográficas

- BALDISERA, José Alberto. *O livro Didático de história: uma visão crítica*. Porto Alegre: Evangraf, 1994.
- MACEDO, José Rivair de. Repensando a Idade Média no Ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.) *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2005
- \_\_\_\_\_. *A Idade Média através do cinema*. IHU ON LINE, São Leopoldo/RS, p. 84-89. 29 de Setembro de 2005.
- RAGO, Margareth. Libertar a História. In: *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas* / Margareth Rago, Luiz B. Lacerda Orlandi, Alfredo Veiga-Neto (orgs.). – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- Secretaria de Educação Básica/MEC. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). <http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avaliv.shtm>, pesquisado em 14 de setembro de 2006.
- SEFFNER, F. *Leitura e Escrita na História*. In: Iara Conceição Bitencourt Neves; Jusamara Vieira Souza; Neiva Otero Schäffer; Paulo Coimbra Guedes; Renita Klüsener. (Org.). *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. 1 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998, v. 1, p. 105-118.
- SERGI, Giuseppe. *La Idea de Edad Media*. Traducción española y nota preliminar de Pascual Tamburri. Barcelona, Crítica/ Biblioteca de bolsillo, 2001